

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 03 DE AGOSTO DE 2018.

Disciplina critérios internos para a distribuição dos valores oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, para as Eleições Gerais de 2018, para a campanha eleitoral de deputados federais e deputados estaduais / distritais em todo o território nacional.

A Comissão Executiva Nacional do PATRIOTA no uso de suas atribuições instituídas no artigo 12, artigo 33, inciso III, artigo 45, inciso II, todos do estatuto nacional do PATRIOTA registrado pelo C. Tribunal Superior Eleitoral em 26.04.2018, e em conformidade com o artigo 6º da Resolução TSE nº 23.568 de 2018, e também nos termos do artigo 16-C da Lei 9.504/1997, alterada pela Lei 13.487/2017, visando então definir e publicizar os seus critérios para a distribuição interna dos recursos financeiros oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, instituído pela citada Lei 13.487/2017, para serem utilizados pelo partido nas Eleições de 2018, seja para a campanha eleitoral de deputados federais e deputados estaduais / distritais em todo o território nacional.



Considerando que nos termos divulgados pelo TSE – Tribunal Superior Eleitoral, o PATRIOTA nas eleições de 2018 fará jus ao recebimento do **valor total de R\$ 9.936.929,10**, oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, instituído pela Lei 13.487/2017.

Considerando que nos termos da Lei 9.504/97, em especial em relação ao seu artigo 16-C, o qual estabelece que os valores oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC somente estarão à disposição dos partidos políticos após a definição interna dos critérios para a sua distribuição, que deverá ser obrigatoriamente aprovado pela maioria absoluta da sua direção executiva nacional partidária.

Considerando que a referida Resolução TSE nº 23.568 de 2018, em consonância a recente decisão proferida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Consulta TSE nº 0600252018.2018.600.0000, que determinou que os valores recebidos pela agremiação partidária, que seja oriundo do referido Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, deverá contemplar obrigatoriamente o percentual mínimo de 30% (*trinta por cento*), para as candidaturas de filiadas mulheres do partido.

Considerando que a Emenda Constitucional nº 97 de 2017, instituiu a chamada “*Cláusula de Barreira*” para os partidos políticos, já para o resultado das eleições de 2018, e terá por base o número de votos obtidos pelo partido nas eleições de deputado federal em todos o território nacional.



★ ★ ★ ★ ★



Considerando que a Constituição Federal brasileira em seu artigo 17, § 1º, define que os partidos políticos brasileiros possuem autonomia para definir sua estruturação interna.

RESOLVE

Nos termos que definiu a Direção Executiva Nacional do PATRIOTA reunida extraordinariamente no último dia 03.08.2018 na cidade de Barrinha/SP, para deliberarem nos termos da Ordem do Dia publicada no Diário Oficial da União do último dia 31.07.2018, nos termos do seu estatuto partidário, definiram os seguintes critérios internos para a distribuição dos valores oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, para as Eleições Gerais de 2018, seja para a campanha eleitoral de deputados federais e deputados estaduais / distritais em todo o território nacional, nos termos que se segue:

Artigo 1º. Os recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, que forem destinados pela Justiça Eleitoral brasileira para a Direção Nacional do PATRIOTA, serão distribuídos e destinados para as campanhas proporcionais aos cargos de deputados federais, deputados estaduais e deputados distritais, em todo o território nacional, visando dar mais organicidade nas respectivas campanhas eleitorais, pois o partido nesta eleição de 2018, terá de transpor a chamada "*Clausula de Barreira*", a qual fora instituída pela Emenda Constitucional nº 97 de 2017.



Parágrafo Único: O valor total do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC será distribuído com a ressalva da reserva de no mínimo, 30% (trinta por cento) de tais recursos ao sexo/gênero com menor percentual de candidatos, seja para os cargos de deputado federal, estadual e ou distrital.

Artigo 2º. A distribuição de recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC será feita pela direção nacional, levando em consideração a priorização da eleição de uma bancada forte de deputados do PATRIOTA, bem como a análise da probabilidade de êxito das candidaturas nas 27 (vinte e sete) Unidades da Federação, com o organicidade e coesão com candidaturas viáveis para os cargos de deputados federais, estaduais e distritais, nas respectivas Unidades da Federação.

Parágrafo Único. Para a definição da distribuição dos valores do FEFC, para os candidatos a deputado federal, estadual e distrital, deverá ser analisada a estratégia político-eleitoral do PATRIOTA em âmbito nacional, traçada pela Secretaria Nacional de Organização do partido, visando o aumento da bancada partidária de deputados, para o devido atendimento da citada “Cláusula de Barreira” (*Emenda Constitucional nº 97/2017*).



Artigo 3º. Somente poderão receber os valores oriundo do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, as candidatas e candidatos do PATRIOTA ao cargo de deputado federal, estadual e distrital, que comprovarem que possuem a estratégia integral de apoio as candidaturas de filiados do PATRIOTA, por meio das chamadas “dobradas”; sob pena de terem suas filiações canceladas pela direção nacional do partido.

Artigo 4º. Os valores oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC que eventualmente forem repassados para as Direções Estaduais / Regionais, para serem repassados para candidatos(as) do PATRIOTA na respectiva Unidade da Federação, somente poderão transitar tais valores, em conta específica para uso exclusivo de valores do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, seja para direção partidária do PATRIOTA.

Artigo 5º. Todo(a) candidato(a) do PATRIOTA que for beneficiário(a) para o recebimento de valores do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, obrigatoriamente terá de promover a devida abertura da conta específica para recebimento e movimentação de tais valores, nos termos da Resolução TSE nº 23.568/2018.



Artigo 6º. Os recursos provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC que não forem utilizados nas campanhas eleitorais de candidatos(as) do PATRIOTA, deverão ser devolvidos ao Tesouro Nacional, integralmente, no momento da apresentação da respectiva prestação de contas.

Artigo 7º. Os casos omissos ou controvertidos serão dirimidos pela Comissão Executiva Nacional do PATRIOTA, se necessário.

Artigo 8º. Esta Resolução interna do PATRIOTA substitui integralmente a Resolução PATRIOTA 03/2018, aprovada em 28.06.2018, a qual é revogada nesta data, com a presente Resolução PATRIOTA 04/2018.

Artigo 9º. Esta Resolução interna partidária número 04 (quatro) de 2018, entra em vigor na presente data.

Barrinha/SP, 03 de agosto de 2018.


ADILSON BARROSO OLIVEIRA
Presidente Nacional do PATRIOTA – PATRI


RUTE FERREIRA DE LIMA OLIVEIRA
Primeira Secretária Nacional do PATRIOTA – PATRI